



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1759341 - SP (2020/0238441-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : DERLY BRISOLA CASSEMIRO
ADVOGADOS : ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS - DF006811
BRAZ MARTINS NETO - SP032583
MÔNICA MOYA MARTINS WOLFF - SP195096
AGRAVADO : SMC AUTOMACAO DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : THAIS ARZA MONTEIRO - SP267967
ARTHUR GONZALEZ CRONEMBERGER PARENTE - SP373679
CAIO RIGON ORTEGA - SP389519

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial formulado por DERLY BRISOLA CASSEMIRO em que sustenta "a necessidade de concessão de efeito suspensivo a este recurso (invocando-se, para tanto, a aplicação analógica do artigo 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil), para que, enquanto não julgado este Recurso Especial, fique suspenso o andamento da ação, eis que, do contrário, haverá dano irreparável ao recorrente Derly, especialmente se reconhecida a prescrição e/ou a incompetência do MM. Juízo da 18ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP" (fl. 363).

Afirmou que "as questões prejudiciais de mérito suscitadas pelo Agravante DERLY foram rejeitadas em decisão telegráfica e sem indicação da fundamentação legal, e o v. acórdão proferido simplesmente afirma que "não há que se falar em ausência de fundamentação" (fl. 359).

O presente agravo foi apresentado em junho de 2020, autuado em setembro seguinte e sua admissão ocorreu no dia 5 de janeiro de 2021, quando o pedido de efeito suspensivo inserido no agravo de instrumento veio concluso para análise do plantão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental.

2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.

3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.

4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."

5. O requerente, entretanto, não comprovou o periculum in mora, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível. 6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)

Na espécie, não se encontra presente o *periculum in mora*, uma vez que as alegações em torno da fase em que se encontra o feito na origem não revelam situação excepcionais de grave ameaça de lesão a direito, a ser dirimida em excepcional de plantão.

Ante o exposto, indefiro, neste momento, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, determinando-se a remessa do feito à ministra relatora.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente